

A "democracia" do dólar na terra de Tio Sam

No Brasil termina o Carnaval "maior show da terra", segundo conhecido samba da União da Ilha. Mas nos Estados Unidos continua em cartaz, até o fim do ano, outro "show" que poderíamos chamar de "maior farsa da terra": é o processo eleitoral que vai escolher o sucessor do presidente Ronald Reagan. A máscara do voto popular esconde atrás de si a ditadura férrea do grande capital.

O cenário político norte-americano é monopolizado por dois grandes partidos das classes dominantes — o Partido Democrata e o Partido Republicano. Estes, na verdade, nem chegam a ser partidos com diferenças ideológicas — assemelham-se a gigantescas máquinas de interesse. No poder, ambos acompanham estritamente a política dos monopólios, a política do imperialismo norte-americano. O Partido Republicano tende, com maior peso, a posições mais reacionárias.

Um exemplo da semelhança ocorre com o belicismo de Reagan, um republicano que representou uma mudança tática realizada nos últimos anos do governo de Carter, um membro do Partido Democrata. O que dita a política oficial em Washington não é tanto qual dos dois partidos ocupa a Casa Branca, e sim a correlação de forças entre os diferentes grupos da burguesia norte-americana.

A forma mais óbvia pela qual as classes dominantes norte-americanas controlam o processo político de seu país é através do apoio financeiro aos candidatos de seu interesse. Um Instituto de Pesquisas da Universidade do Sul da Califórnia prevê que os gastos totais na campanha presidencial deste ano devem ultrapassar os US\$ 350 milhões (cerca de Cr\$ 450 bilhões). Ou seja, o candidato depende das contribuições do grande capital para vencer.

Para tentar manter as aparências, o governo norte-americano passou uma lei em 1971, limitando em US\$ 25 mil (Cr\$ 32 milhões) as contribuições individuais para candidatos à Presidência ou a vagas no Congresso. Isto só torna um pouco mais complexo o processo de apoio do grande capital aos candidatos, que em vez de receberem tudo numa grande bofetada, têm de dividir os dólares entre diversos "contribuintes".



Seja Reagan ou um "artista" qualquer, quem aponta os rumos são os grandes monopólios

Estamos falando das contribuições oficiais. Para ações que não envolvam contatos diretos com a coordenação da campanha, não há qualquer limite, o dinheiro rola a solta. Os grupos capitalistas ainda se valem de uma série de estruturas à parte, como órgãos profissionais, sindicatos patronais, etc. É o caso atual da candidatura do ex-vice-presidente Walter Mondale, que tem toda a estrutura da AFL-CIO lhe apoiando.

Além disso, o governo coloca gordos recursos à disposição dos dois partidos "oficiais". Este ano, estima-se que vá doar mais de US\$ 140 milhões para a campanha dos dois partidos. Note-se que os fundos públicos são limitados aos partidos Democrata e Republicano, oficializando-se o monopólio destes sobre o sistema eleitoral norte-americano. Os demais partidos têm de se virar por conta própria. Grande democracia essa...

Outra forma pela qual os grandes monopólios controlam o processo político inane são os meios de comunicação de massa. Um punhado de empresas gigantes controla as maiores redes de televisão e são as formadoras da opinião pública. O tipo de cobertura dada a um candidato, com a ex-

ploração ou não de seus pontos fortes, regula a sua aceitação popular. Na verdade, a grande imprensa fixa até mesmo os limites da opção eleitoral do povo. Os "grandiosos" debates, por exemplo, restringem-se aos candidatos dos partidos Democrata e Republicano, nunca incluindo os de partidos menores. Desta forma, os monopólios de informação limitam até mesmo o leque de escolha do eleitorado, tornando uma farsa a "liberdade de concorrer sem favoritismo".

Toda essa estrutura faz com que a política se transforme numa carreira para gente ambiciosa, cuja o segredo de sucesso reside no apoio dos grupos capitalistas, até mesmo para cargos inferiores. É a democracia do capital.

Sobre essa "ditadura do dólar" monta-se uma complexa farsa de participação popular. Neste período estão se realizando as chamadas "primárias" nos diversos estados dos EUA. Estas mini-eleições dão ao eleitor o direito de votar num dos candidatos a candidato a presidente no interior do partido de sua preferência. Destas primárias saem delegados para participar da convenção nacional dos partidos que aponta o candidato oficial. No Partido Republi-

cano, o processo este ano não está chamando muita atenção, pois é praticamente unânime a candidatura de Ronald Reagan à reeleição. No Partido Democrata é que o processo está mais quente em função da disputa acirrada entre os sete postulantes.

A princípio este processo parece muito aberto e democrático, permitindo a participação de base de toda a população. Mas a realidade é bem outra. Além dos mesmos tipos de controles eleitorais já descritos acima, a porcentagem de delegados efetivamente eleitos por este processo é mínima. Exemplificando: a convenção do Partido Democrata terá apenas 36% de seus delegados escolhidos desta forma; o restante será composto por políticos de carreira, já efetivamente comprometidos com os interesses de poderosos grupos capitalistas.

Essa gigantesca farsa culminará com a eleição do novo presidente dos EUA no dia 6 de novembro. O real afastamento do povo norte-americano de todo este processo fica claro pela queda drástica dos índices de votação nos últimos 20 anos. Só 52% das pessoas aptas a votar compareceram às urnas nas eleições de 1980, as quais deram vitória a Reagan.

Militares argentinos ameaçam com golpes

Argentina — Os militares tratam de neutralizar a avalanche de denúncias sobre os crimes de tortura e assassinato de patriotas por eles cometidos durante o período negro da ditadura fascista.

No fim do mês passado, circularam insistentes rumores de um golpe articulado por onze altos dirigentes das Forças Armadas no sentido de desestabilizar o governo de Allison. Ao mesmo tempo, a pretexto de um plano de reestruturação das Forças Armadas, o brigadeiro Alberto Simari, comandante de instrução da Força Aérea, tentou um movimento de desobediência criticando o chefe do Estado-Maior Conjunto e depois desobedecendo uma ordem de prisão domiciliar. No final, o caso foi contornado com sua passagem para a reserva. Entretanto outros movimentos de resistência virão. E só a enérgica mobilização popular garantirá a democracia no país vizinho.

Esso) e Mobil. Desde 1982, demonstrando a profunda crise em que mergulha o capitalismo norte-americano, desencadeou-se um processo de gigantescas fusões e incorporações. Isso demonstra que até as grandes empresas, como a Gulf, não conseguem sobreviver com a crise. E em 1984, a concentração se acentua: em janeiro a Getty Oil já havia sido comprada pela Texaco.

Mineiros franceses contra o desemprego

França — Milhares de mineiros realizaram, no dia 2, uma passeata de protesto contra a decisão da empresa estatal Charbonnages de France, que explora as minas de carvão no país, de reduzir de 20 a 28 mil empregos até 1988, de um total de 57 mil. Só neste ano o corte pode atingir 8 mil operários. Aos poucos vai ficando claro o que é na verdade o falso socialismo de François Mitterrand.

Metroviários em greve na Espanha

Espanha — Metroviários realizaram dia 2 uma greve de 24 horas em protesto contra a política governamental de manter os reajustes salariais abaixo da inflação. Já na semana anterior, haviam feito também um dia de paralisação pelo mesmo motivo. E prometem organizar mais três dias de greve neste mês se suas reivindicações não forem atendidas. O Exército mobilizou pessoal especializado, ocupou o metrô, mas só conseguiu operar três das principais linhas e assim mesmo com apenas 65% de sua capacidade.

EUA e Inglaterra greve na Argentina

Inglaterra — O semanário londrino *The Economist* denunciou que as tropas britânicas receberam uma ajuda de mais de 60 milhões de dólares dos EUA em armas e equipamentos durante a guerra das Malvinas. Além disso, os EUA participaram do conflito fornecendo apoio logístico e de informações, e ofereceram aos imperialistas ingleses a possibilidade de utilizar o porta-aviões *USS Guam*, caso seus barcos de guerra fossem aviariados.

Camponeses do Peru fazem greve geral

Peru — Cerca de dois milhões de camponeses realizaram a partir do dia 1º uma greve geral de 72 horas. Além de melhores preços para seus produtos, eles exigem que o presidente Belaunde Terry não volte atrás nas medidas de reforma agrária as quais, apesar de insuficientes, beneficiaram uma parte dos trabalhadores rurais peruanos durante os governos anteriores.

E mais: continuam em greve os ferroviários do Sul do país e cerca de 12 mil eletricitários.

Toivo, líder da SWAPO, libertado em Pretória

África do Sul — Foi libertado, após cumprir 16 anos de prisão, o líder nacionalista negro da Namíbia, Herman Toivo, fundador da Organização do Povo do Sudoeste Africano — Swapo. O líder patriota foi libertado devido à pressão internacional sobre o regime de Pretória e recebeu com grande entusiasmo em Windhoek, capital da Namíbia. Apesar da condenação quase unânime em plano internacional, a África do Sul mantém até hoje a sua dominação colonial sobre a Namíbia.

A maior fusão da história americana

EUA — Na maior transação da história do capitalismo americano a Standard Oil da Califórnia comprou a Gulf Oil pela astronômica quantia de 13,4 bilhões de dólares. A Standard Oil era a quarta empresa de petróleo dos EUA e a Gulf, a quinta. Agora a resultante da fusão passa a ser a terceira empresa de energia dos Estados Unidos, logo atrás dos outros monstros — Exxon (antiga

Dez mortos em greve de fome na Turquia

Turquia — Cerca de dez presos políticos que estavam em greve de fome morreram na prisão militar de Diyarbakir. Um grupo de 43 prisioneiros começou a greve em janeiro contra as torturas e a suspensão das visitas. Os familiares dos combatentes democratas não sabem ainda quem são os mortos e qual o seu número exato.

Pressionado pela oposição, Gemayel cancela acordos com os sionistas

Uma profunda derrota para a política imperialista de Reagan e seus agentes sionistas foi imposta, na semana passada, com o cancelamento do acordo assinado em 17 de maio por Gemayel e Israel. Agora os soldados ianques e israelenses continuam a bombardear o Líbano, enquanto a luta interna no país ganha novos contornos.

Pelo acordo assinado em maio de 1983, os sionistas tinham direito de manter "vigilância militar no Sul do Líbano". Esse acordo, elaborado por Israel e Estados Unidos, na verdade foi imposto num momento em que as tropas israelenses ocupavam vastas extensões libanesas, inclusive Beirute (atualmente elas se mantêm no Sul do país). O próprio Gemayel, que representou o Líbano nesse "acordo", foi imposto aos libaneses pelos tanques sionistas.

Contudo, com o decorrer da guerra civil, o presidente Amin Gemayel foi acumulando derrotas e, na iminência de perder o poder, viajou para a Síria (onde estão sediados escritórios de vários setores oposicionistas do Líbano) e, regressando a Beirute, comunicou o fim do acordo com os sionistas. Ao mesmo tempo, anunciou a retomada de conversações com a oposição, buscando formar um governo de "união nacional".

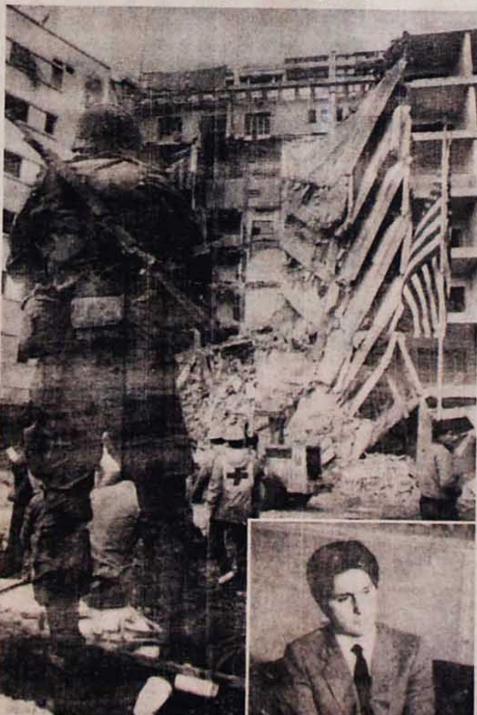
Israel reagiu, com a arrogância de costume, ao cancelamento do acordo. Em nota oficial, afirmou que "vai determinar a melhor maneira de assegurar a sua (de Israel) segurança" no Líbano e, no próprio dia em que Gemayel desfez o acordo, os sionistas bombardearam uma escola libanesa. Também os Estados Unidos continuam bombardeando os libaneses, e o secretário de Defesa yanque, Caspar Weinberger, falou aos *marines* que eles desenvolviam "a mais dura e uma das mais miseráveis tarefas jamais confiadas" aos soldados norte-

americanos. O porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, com arrogância, afirmou que "no momento, o Líbano está nas mãos de terceiros" (ou seja, escapou à tutela de Reagan), para logo acrescentar: "Temos ali uma presença diplomática e militar e queremos defender nossos interesses". Com a nova situação, porém, a França resolveu retirar do território libanês os seus 1.250 soldados que ocupavam Beirute, rotulados como "forças de paz".

MANTER O PODER

Com a renúncia do acordo com Israel, Amin Gemayel — líder do partido da Falange, fascista — procura fazer uma nova composição para se manter no poder, à revelia do povo. Entretanto essa sua manobra encontra resistências dentro da oposição libanesa. O líder druso, Walid Jumblatt, foi claro sobre o assunto: "Não podemos ter respeito por Amin Gemayel porque ele é responsável pela guerra nas montanhas do Chuf, pelos massacres de Sabra e Chatila e pela destruição dos subúrbios xiitas. Gemayel deve ser julgado por seus crimes contra o povo libanês".

O Líbano não encontrará a paz enquanto não formar um governo democrático, representativo das forças patrióticas. Na verdade, a paz parece ainda estar longe de todo o Oriente Médio. A política belicista dos Estados Unidos e dos sionistas israelenses, com seu ódio visceral contra o povo palestino — o qual pretendem varrer da



Após ter de cancelar os acordos feitos com os sionistas, Gemayel tenta ainda permanecer no poder

região —, é o principal obstáculo para que o cessar logo impere na região.

Leitura indispensável

"Nesse momento de dificuldades, quando os diversos setores da sociedade apresentam propostas variadas, o jornal *Tribuna Operária* ajuda a esclarecer qual a verdadeira saída para a atual situação. O amplo espaço reservado aos leitores faz da *Tribuna Operária* o mais democrático dos jornais. Como mulher, vi reproduzir-se em suas páginas a discriminação que sofremos e as saídas para ela. Por isso acho a *Tribuna Operária* um jornal de leitura indispensável."

Socorro Moraes Vieira (Jo), diretora da Associação dos Moradores do Bairro Industrial, Belo Horizonte, Minas Gerais.



Desejo receber em casa a **Tribuna Operária**. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, no valor abaixo assinalado. Rua Adonir Barbosa, 53, Bela Vista — São Paulo, SP — CEP 01318.

- () Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 20.000,00
- () Anual comum (52 edições) Cr\$ 10.400,00
- () Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 9.000,00
- () Semestral comum (26 edições) Cr\$ 4.500,00

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
 Profissão: _____ Data: _____

Manobras do PDS para salvar as indiretas



Brigações entram na linha pelas diretas

Au, au, au. Figueiredo quer mingau. Entrando, entrando, entrando, entrando pelo cano, o povo brasileiro por causa do americano? Essas foram as palavras de ordem das brigações de Garanhuns, em Pernambuco, que realizaram uma passeata pelas ruas da cidade no último dia 25. Elas também pintaram um grande mural pelas diretas e fizeram um comício. Há um ano as crianças fazem reuniões para brincar e entender o Brasil. O movimento tem o nome de "Carilots" e reúne cerca de 80 crianças do bairro de Heilópolis.

Ato em Garanhuns desmoraliza o PDS

O comício pró-diretas em Garanhuns, no interior de Pernambuco (com 120 mil habitantes), contou com a presença de 4 mil populares, no dia 25. No mesmo horário a prefeitura do PDS realizou um show que, apesar da intensa propaganda pelo rádio, não conseguiu reunir 500 pessoas. No ato público foram representantes dos partidos de oposição, da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) e os professores de Angelim e Olinda. O PC do Brasil se fez presente com faixas e estandartes.

Dragão põe medo em Leirão de Abreu

Na reabertura do Congresso Nacional, em 1º de março, o ministro Leirão de Abreu, que foi levar a vazia mensagem do general Figueiredo aos parlamentares, teve que entrar na casa pelas portas dos fundos. É que na entrada principal o aguardava um enorme dragão de vinte metros feito pelos manifestantes pró-diretas de Brasília. O presidente do Congresso, o pedesista Moacir Dalva, atirou pelas palavras de ordem que chegaram a sufocar a banda da Guarda Presidencial, acabou assinando na urna das diretas do vereador goiano Ezequiel Pereira, que foi a pé a Brasília na comitiva do deputado João Divino (PMDB-GO).

Ato em Taguatinga

Na maior manifestação política da sua história, Taguatinga (Distrito Federal) realizou seu comício pró-diretas no dia 25 com mais de 5 mil pessoas. Foram apoiados os oradores mais combativos e quando foram lidas as mensagens dos partidos considerados ilegais ouviu-se uma demorada saudação: "1, 2, 3, 4, 5, mil milhões de votos para as diretas do Brasil". No dia se-

guinte, mais de 10 mil populares se comprimiram na Ceilândia, a maior concentração operária da capital, para ouvir vários oradores e o cantor Sivuca. O representante da Comissão Nacional pela legalidade do PC do B foi intensamente apoiado.

Cultura nas praias do Espírito Santo

O Departamento Estadual de Cultura do Espírito Santo realizou em janeiro e fevereiro em nove balneários capixabas o Circuito Cultural do Verão Pelas Diretas. O projeto, criado e executado pela Divisão de Cultura Popular daquele Departamento, fez subir ao palco mais de 140 artistas populares. Estima-se que cerca de 50 mil banhistas participaram do evento, num clima de intensa agitação pelas eleições diretas.

"Mulher Disque Diretas"

Mais de 3 mil pessoas participaram do ato público pelas diretas no centro de Maceió, promovido pela União de Mulheres, no último dia 24. Uma das oradoras mais aplaudidas foi Fernanda Vilela, filha do ex-senador Teófilo Vilela, que defendeu a participação ativa das mulheres na luta pelo restabelecimento deste direito. Ela também participou do lançamento da campanha Mulher Disque Diretas, onde cada participante liga para dez amigas pedindo a adesão à campanha. Fernanda ligou para todas as esposas de deputados e senadores de Alagoas e ouviu delas o apoio à tese das diretas.

Mais de 6 mil no ato de Arapiraca

Arapiraca, a maior cidade do interior de Alagoas, realizou seu comício pró-diretas no dia 25 com a participação de mais de 6 mil pessoas. Promovido pelo Movimento Teófilo Vilela em Defesa das Diretas, o ato contou com a presença de várias entidades sindicais, populares e democráticas e representantes de todos os partidos de oposição e da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, jornalista Eno Lima.

Imperatriz prepara comício pró-diretas

Imperatriz, no interior do Maranhão, já formou seu Comitê Pró-diretas. E para facilitar a mobilização do grande número de lavradores foram formados seis sub-comitês nos bairros e povoados da zona rural. No próximo dia 17 será realizado o comício da cidade e para prepará-lo foi feito um plebiscito com 2.006 votando pelas diretas e apenas 126 contra.

As propostas conciliadoras revisionistas

O partido revisionista, PCB, anunciou a realização de seu "Encontro Nacional". Desta reunião resultou um longo documento, com 222 páginas, todo ele redigido num estilo escorregadio, evitando afirmações claras sobre a situação nacional e internacional, sobre a tática e estratégia. Neste artigo, analisaremos apenas a proposta tática de solução negociada, defendida pelos revisionistas.

Embora o centro da luta dos brasileiros seja hoje contra o regime militar, os partidários do Sr. Giocundo Dias tratam de camuflar o papel atual das Forças Armadas. Afirmam matreiramente que "a nossa luta contra o regime não está dirigida contra os militares".

LUGAR PARA O PCB

Segundo o documento do "Encontro", o processo político tem hoje três perspectivas básicas: a regressão política, que pela via golpista visa a manutenção dos traços atuais do regime; a conciliação nacional, com que as elites tentam reformar o regime e dar-lhe respaldo político e base social mais larga; e a solução negociada para os impasses atuais — que é a proposta dos próprios revisionistas.

O texto explica que o objetivo do PCB é fazer pressão organizada das massas visando obter condições sociais e políticas para "ultrapassar o regime e sua orientação econômico-financeira recessiva através de negociações, que incluem setores do governo, do regime e do PDS".

O que será ultrapassar o regime? Suponhamos que signifique liquidar o regime e construir o tipo, democrático. Será que isto poderia contar com aprovação de setores do próprio regime? Negociação, mesmo sob pressão, implica em concordância das duas partes. Na verdade, portanto, o conteúdo da proposta revisionista é promover alterações no regime que sejam aceitáveis pelos setores menos empedernidos do sistema vigente, para aliviar a tensão e a pressão das massas.

O que fica evidente é que entre a tal "solução negociada" e a "conciliação nacional" a diferença é que, na proposta revisionista, além das elites o PCB também quer um lugar. A tática do agrupamento do Sr. Giocundo Dias é utilizar a luta popular para forçar um acordo de cúpula onde os próprios revisionistas entram na falcatrua para reformar o regime militar, apresentando-se como interlocutores em nome do povo.

O fim do regime militar não virá de negociações com seus defensores, cujo projeto essencial é o continuismo do que aí está. É possível aproveitar os conflitos internos do sistema — principalmente a briga de fofoca em torno da sucessão presidencial — para acelerar a sua derrocada. É possível igualmente ter entendimentos localizados em torno da campanha por eleições diretas com setores descontentes e marginalizados do PDS. Mas para sair da crise, o primeiro passo não pode ser outro senão passar o poder para o povo e para as forças democráticas, o que depende essencialmente da luta das massas, e não de acordos com os donos do Poder.

A partir desta questão básica, que é a substituição da luta pela negociação — ou melhor dizendo, pela negociata — com o regime, o resto das orientações táticas contidas no documento é um amontoado de generalidades divididas burocraticamente em itens sobre eleições, sindicatos, parlamento, etc. E fica também clara uma frase no parágrafo que trata sobre o que chama de regressão política, quando afirma que esta saída se "alimenta também da desarticulação do tecido político e social e de propostas e atitudes irresponsáveis oriundas de segmentos radicalizados da frente democrática".

Os "irresponsáveis", para os revisionistas, são os setores mais combativos do movimento oposicionista que apostam na mobilização dos trabalhadores e do povo. É por isto que condenaram a greve geral de julho de 83, condenaram as manifestações dos desempregados e todas as ações energéticas dos populares.



As manifestações pelas diretas abalaram o Planalto; Leirão de Abreu procurou contornar a situação, adiando a hora da verdade

A campanha pelas diretas já abalou o governo. A tal ponto que o ministro Leirão de Abreu trama uma emenda constitucional sobre o assunto. Mas o plano do governo não é atender o clamor popular e sim ganhar tempo tentando confundir o povo. Enquanto a nação exige diretas já, o projeto governamental fala em eleições para 1988. Quer jogar lama na campanha dizendo que o governo também quer eleições, o que é uma fraude.

A campanha pelas diretas não tem motivação formal. Quando exige diretas já é porque o Brasil chegou numa situação crítica. É preciso mudar urgentemente os rumos do país e os brasileiros sentem que o obstáculo principal para que isto se realize é o regime militar.

Dentro do governo, uma parte pensa em deter a marcha popular apelando para a truculência, como por exemplo convocar novamente o treloçado general Newton Cruz para "medidas de emergência". Mas o que parece predominar é a tentativa de ganhar tempo, para recuperar-se dos sucessivos fracassos impostos ao regime pelo movimento democrático e refazer seus planos continuistas. Nesta perspectiva de engambelar os brasileiros é que se entende a articulação de Leirão de Abreu falando em eleições para 1988.

SOLUÇÃO INADIÁVEL

Mas a dívida externa, a inflação, o desemprego, o arrocho salarial, a fome e a miséria do povo, não podem esperar mais quatro anos. Até os empresários já viram que a economia do país não suporta o prolongamento, por menor que seja, da recessão, do entreguismo e da destruição do parque industrial brasileiro.

A nação exige o fim do regime e eleições diretas já, para que um novo governo democrático, com respaldo popular, possa tomar medidas de urgência de salvação nacional e alívio das condições de vida do povo. Eleições diretas já será o brado cada vez mais forte que ecoará por todo o Brasil até a votação da emenda Dante de Oliveira em 25 de abril, e depois dela, caso não seja aprovada.

TERCEIRA OPÇÃO?

Do choque entre a oposição e o governo, começa a se esboçar uma terceira alternativa, ainda embrionária. O vice-presidente Aureliano Chaves continua se desgarrando dos esquemas

governamentais. Mas não rompe com o regime e nem torna partido pela oposição. Fala numa linguagem dupla. Declara-se "homem da revolução de 64" e de outro lado lança farpas contra o governo e contra o FMI. E articula uma base de apoio entre parte considerável do empresariado e da oposição mais conservadora de Minas Gerais. Circula inclusive o comentário de que estaria formando um partido próprio, para lançar sua candidatura independentemente da convenção do PDS, onde suas chances são cada vez menores.

A pretensão de Aureliano é apresentar-se como candidato de parte do governo (setores dissidentes) e também da oposição mais conservadora. Agita por isto a idéia da eleição direta, mas continua em marcha para o Colégio Eleitoral. Com sua linguagem de concessões ao ideário oposicionista pretende inclusive angariar a simpatia de setores do movimento popular menos conscientes.

CHAVE DA VITÓRIA

Estas manobras de Leirão de Abreu de Aureliano e de outros, só podem sobreviver enquanto o movimento popular não jogar um campo todo o seu potencial. Se as massas proseguirem no ritmo desses dois meses — quase 2 milhões nas ruas — e se contarem com uma direção política consequente, todo o cenário político do país será modificado. Os planos dos partidos atuais como dos candidatos em cena serão atropelados.

A chave para esta grande virada é a evolução do movimento de massas, principalmente a organização popular de baixo para cima. Ou seja, a entrada em atividade do povo lançado na batalha política através de milhares de comitês unitários locais, pelas diretas. Este é o grande fator hoje para decidir os rumos e os resultados do grande confronto entre a oposição e o regime em busca da liberdade e do direito do voto.

O carnaval acabou para Stábile

Na quinta-feira, dia 8, Nestor Jost tomava posse como novo ministro da Agricultura, acabando com o carnaval de Amaury Stábile. O escândalo do empréstimo da Capemí e uma vasta rede de corrupção foram os causadores imediatos da demissão. A gang de Stábile deixa um rastro sujo com ramificações que vão até o coração do governo e dos órgãos de repressão.

No centro dos escândalos do Ministério da Agricultura aparece o BNCC, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o braço financeiro do Ministério. Numa operação escabrosa o BNCC deu um aval para a Capemí levantar 27 milhões de dólares de bancos europeus. A empresa, controlada por militares, já estava muito mal e não pagou nem as primeiras prestações.

O baque do empréstimo foi tão forte que o BNCC fechou o balanço de 1983 com um prejuízo de 33 bilhões de cruzeiros, num Brasil que é um paraíso para os bancos — com lucros de até 900% ao ano em alguns casos.

A GANG DO BNCC O Banco Nacional de Crédito Cooperativo começou a ser arrasado quando o sr. Stábile o entregou para Toshio Shibuya e Byron Coehlo. Os dois criaram uma rede de favorecimentos, com

banco de sua propriedade, Valbrás. Aliás, Stábile tem 10% das ações da Sharp Financeira e sua mulher mais 5%.

ESPOSA, FILHO, SOBRINHO...

A corrupção no Ministério da Agricultura chega aos mínimos detalhes. As mulheres de oito superintendentes do Banco, por exemplo, são "funcionárias" do BNCC, ganhando polpudos proventos, sem nunca trabalhar.

O próprio filho do ex-ministro, Geniz Stábile, está numa lista de caloteiros do BNCC, num "caso" de 81 bilhões de cruzeiros que sumiram numa estranha operação com cooperativa do interior do Paraná. O sobrinho de Stábile, Sr. Afonso Bonillo, está metido num empréstimo de 1,5 bilhão de cruzeiros, para um domínio na Bahia que favorece políticos do PDS. O sr. Bonillo, que também é funcionário do BNCC — o que já parece ser um mal de família — autorizou o empréstimo para falsas plantações.

Quem também saiu ganhando com a "administração" do sr. Stábile foi o



Stábile perdeu a mamata

grupo Sharp; uma das denúncias se refere a 3 bilhões de cruzeiros que ficaram depositados no Banco Valbrás e foram devolvidos ao BNCC, 30 dias depois, sem juros nem correção monetária, é claro. Há provas de que o sr. Shibuya teria recebido 180 milhões de cruzeiros como "caixinha" numa das operações do BNCC com o grupo Sharp. Figueiredo demitiu Stábile e diz que vai apurar até o fim. Não podemos acreditar. Além de seu filho, vários ministros estão envolvidos nos escândalos da Capemí — o da Agricultura nem é o caso mais grave.

ABC paulista tenta volta por cima na luta pelas diretas

O ABC paulista finalmente definiu a data para seu comício unitário por eleições diretas já. Será dia 25 de março, no Paço Municipal de São Bernardo. A região, na parte sul de Grande São Paulo, tem mais de 1,5 milhão de habitantes e uma classe operária altamente concentrada, dona de elevada consciência oposicionista e invejável tradição de lutas. Tornou-se mesmo um ponto de referência para os trabalhadores do restante do país, que esperavam e esperam ainda uma participação destacada do ABC na campanha pró-diretas.

Até agora essa expectativa não se efetivou. No comício-monstro da Praça da Sé, a 25 de janeiro, compareceram apenas sete ônibus de São Bernardo, nenhum deles saído das grandes fábricas. A única manifestação pelas diretas na região, realizada dia 25 de fevereiro no município de Diadema, reuniu cerca de 350 pessoas — número irrisório, como admitem as lideranças presentes no palanque. Somente em 8 de fevereiro fundou-se o comitê unitário de Santo André e em 18 de fevereiro o de São Bernardo. Porém mesmo este, nas três reuniões que realizou, com cerca de 30 entidades, não contou ainda com a presença da mais prestigiosa organização de massas do ABC, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Um obstáculo à participação mais ativa é a miopia política de setores das direções partidárias da região. No PT, que tem ali sua principal base e sua única Prefeitura (Diadema), circula ainda a visão de que a luta pró-diretas concorreria com a campanha salarial dos metalúrgicos, vista como prioritária. Também uma ala da cúpula do PMDB local mostra-se avessa à mobilização popular e tentou limitar a discussão do assunto às Executivas municipais dos partidos.

Após o terror do incêndio, o abandono das vítimas do Socó

O Brasil acordou sábado, dia 25 de fevereiro, abalado com a notícia da tragédia em Cubatão: 700 mil litros de gasolina vazaram de um oleoduto da Petrobrás exatamente embaixo da Vila Socó, onde moravam cerca de 10 mil pessoas. Uma explosão seguida de incêndio destruiu cerca de 2.500 barracos, matando mais de 100 moradores, segundo os bombeiros.

Imediatamente após a tragédia, a Petrobrás lançou uma ofensiva publicitária dizendo que estava socorrendo os sobreviventes da Vila Socó, independente de ser ou não responsável pelo acontecido. Ao mesmo tempo, buscou repartir as responsabilidades pelo desastre: "A rigor, nessa área não deveria ter um só morador", afirmou Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás. O ministro das Minas e Energia, César Cals (a quem a Petrobrás está ligada), foi mais longe: "A maior

parcela de responsabilidade pela tragédia de Cubatão é do governo do Estado e da Prefeitura de Cubatão".

O governador Franco Montoro, por seu lado, visitou o local e denunciou que "é preciso não esquecer que Cubatão está sendo considerada área de segurança nacional (pelo governo militar) apenas como uma cidade que não deve escolher seu governante" (o prefeito é bônico). O promotor José Carlos Pedreira Passos, após investigar o caso, afirmou que "a responsabilidade do acidente é da Petrobrás. Esse sistema de operações inflamáveis poderá explodir Santos, poderá explodir a Baixada Santista inteira".

SOLIDARIEDADE E MISERIA

Apesar de tantas declarações à imprensa, os desabrigados de Vila Socó ficaram sem explicações de qualquer espécie. Transferidos primeiramente para o Centro Esporti-

vo Castelo Branco e depois para os alojamentos da Contram e outras empresas que atuam em Cubatão, os sobreviventes ainda não sabem qual o destino que lhes será reservado.

O drama dessas famílias, que vieram a favela desaparecer como ocorreria com a explosão de uma bomba atômica, é comovente. Um bombeiro relata: "Vi uma mulher grávida de 6 meses, morta. Os pezinhos do bebê apareciam para fora, saindo da barriga queimada. Vi mulheres agarrando os filhos nos braços, mas tão forte que não conseguimos separar um corpo do outro".

Valfenes, um sobrevivente de apenas 5 anos, tem acordado sobressaltado durante a noite no abrigo do Centro Esportivo de Cubatão. Sonha com sua amiguinha Patrícia pegando fogo: "Eu brincava sempre com ela. Agora tenho que brincar com outro. Eu já tinha perdido o finado Maurício, que morreu internado. Com Patrícia eu brincava de carrinho. No dia do incêndio, eu saí correndo, com o fogo atrás de nós".

Daniel de Silva Gomes, 13 anos, "faz anos" que deixou de estudar para trabalhar, conta: "Saí do serviço meia-noite e quando cheguei no Socó começou o fogo. Pezuei minha mãe e saí correndo. Perdi um colega que trabalhava comigo".

SOLIDARIEDADE

Uma semana após o incêndio ninguém da Petrobrás havia reunido os desabrigados para dizer que providências tomara no sentido de apurar responsabilidades pela tragédia ou de indenizar as famílias que perderam tudo.

Mas há gente, como o seu José Osvaldo, que nem quer saber de indenização: "Eu perdi meu filho, meu irmão e minha mãe no incêndio. Não tenho mais ninguém no mundo. Sou desquitado. Se tiverem alguma coisa para me dar, deem para outro aí, que tenha família. Eu mesmo nem sei o que vou fazer da minha vida. Vou ver o que faço quando esfriar a cabeça...".

Incertos sobre o futuro, lamentando as perdas de seus parentes e de seus bens, os desabrigados tentam, agora, reconstruir suas vidas. Sabem que ficaram para sempre marcados pela tragédia. Mesmo aqueles que nem vão lembrar do que aconteceu, como o bebê de 11 meses recolhido por dona Sebastiana, sobrevivente que perdeu o filho de 23 anos: "O nenê acordou no meio da noite, sacudindo como se tivesse malalta. Chora muito. Acho que ele não vinga, não...".

Mas nem tudo é miséria na Vila Socó. Eles receberam a imediata solidariedade dos trabalhadores, vanguardada pelos operários de Cubatão. Momentos depois do incêndio, 40 trabalhadores da Cosipa saíram do trabalho noturno e foram direto doar sangue para os feridos. Em seguida, os 6 mil operários da empresa doaram os pães, leite e laranjas de suas refeições para seus companheiros da Vila Socó. (Carlos Pompe)



Na passeata de São Paulo, em 24 de fevereiro, as mulheres exigiram direitos e diretas.

Opressão da lei contra as mulheres brasileiras

Neste 8 de Março, em todo o Brasil, as mulheres comemoram seu Dia Internacional unidas em torno da reivindicação de eleições diretas para presidente da República. Com o movimento, elas trazem à tona outra exigência de fundamental importância para a emancipação das massas femininas: a modificação das leis que regulam a vida da família e das mulheres.

A gente nem percebe, mas desde que nascemos até depois que morremos, toda nossa vida pessoal e social é regulada por leis. Dona Maria, por exemplo, nunca pensou que suas atitudes com o marido e os filhos, que pareciam muito íntimas e pessoais, já tinham sido escritas como lei no Código Civil. E mais: que esse Código Civil, que regula as relações entre as pessoas, diz com de ve ser o direito de propriedade e administração dos bens, estabelece o direito da família etc., limita muito os direitos das mulheres.

Dona Maria, 25 anos, casada, mãe de três filhos, só foi descobrir isso quando resolveu trabalhar para melhorar a situação da família. O salário do marido, funcionalário público, não estava dando mais. Ela, professora formada, achou que podia ajudar. Ai o marido engrossou: "Mulher minha não trabalha! O homem é quem sus-

tenha a casa!". Até então, maria tinha como certo que mulher era mesmo para ficar em casa, cuidar do marido e dos filhos. Mas quando viu a fúria dele, começou a ter dúvidas. Primeiro, achou que mesmo não trabalhando fora ela dava um duro danado: levantar cedo, fazer a marmitta do Pedro, a comida das crianças, limpar a casa, lavar a roupa, passar, buscar as crianças etc. Enfim, uma dureza...

"Mulher minha não trabalha", é? Balela, pode não trabalhar fora, mas dentro de casa dá duro pelo menos igual ao marido. Por outro lado, seria justo não ter dinheiro para comprar nada além da comida do dia-a-dia, ter dificuldade para adquirir o material escolar, nem pensar em diversão só porque o marido não queria que ela trabalhasse fora? Decidiu ir lutar. E acabou descobrindo, em reuniões com amigas,

que a lei dava amplos poderes para o marido. No artigo 247 do Código Civil, por exemplo, afirma-se: "Considerar-se-á sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargo público, ou por mais de seis meses, se entregar a profissão exercida fora do lar conjugal".

A LEI É PARCIAL. Além disso, ainda segundo a lei, "o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. E compete-lhe prover a manutenção da família (art. 231)". Ficou revoltada: "Final de contas, sou uma pessoa adulta, trabalho, cuido dos meus filhos. Será que não tenho o direito de ganhar meu próprio sustento, nem de ter voz ativa em casa?"

Acabou sendo obrigada a se separar do marido para poder trabalhar e fazer valer seus direitos, já que ele não queria "mulher briguenta" em casa. Foi trabalhar numa creche. E começou a perceber que existem muitas outras restrições para as mulheres. E o que ela pensava ser costume, como obedecer o marido, fazer o que ele queria, é consagrado pelo Código Civil. E que muitas outras mulheres enfrentam os mesmos problemas.

Descobriu então que as mulheres precisavam lutar por igualdade de direitos, para se emancipar. E para isto era preciso também mudar as leis.

A história de Maria é a mesma de centenas, milhares de mulheres brasileiras. Por compreenderem que precisam conquistar seus direitos e participarem de fato da sociedade, e elas têm se engajado firmemente na luta pelas diretas e estão empenhadas na modificação do Código Civil.

A luta pela mudança do Código Civil não é ainda uma campanha de massas como a luta pelas diretas. No entanto, como a legislação reflete o nível de desenvolvimento de uma sociedade, o Código Civil brasileiro está caduco, principalmente no Estatuto Civil da Mulher. E mais dia, menos dia essa luta também vai pegar fogo. (Olivia Rangel)

Operárias farão Encontro

No dia 18 de março será realizado em São Paulo o I Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora ligada à indústria de transformação.

A coordenação deste Encontro está a cargo do Conselho Estadual da Condição Feminina, de uma comissão sindical composta de mulheres dirigentes sindicais e da Secretaria do Trabalho.

É proposta da coordenação travar uma luta conjunta com a qual tanto as instituições governamentais como as sindicais possam enfrentar de maneira efetiva a discriminação da mulher trabalhadora no Estado de São Paulo. E, por último, visa a reforçar a participação feminina no movimento sindical. A comissão organizadora contou cer-

ca de 180 sindicatos ligados à indústria de transformação.

Maria Amélia Telles, presidente da União das Mulheres de São Paulo, considera este evento muito importante: "Apoiamos e procuramos contribuir para a realização deste encontro — disse ela. Esperamos que sejam tratadas e encaminhadas reivindicações como estabilidade para a gestante, creche para os filhos dos trabalhadores, acesso das mulheres nos cursos profissionalizantes e na Cipa. E reforçamos ainda a reivindicação de departamento feminino ou comissão de mulheres nos sindicatos, para facilitar a atuação das mulheres na vida sindical, nas campanhas salariais e até mesmo na direção dos sindicatos".



Em cima, Vila Socó, um cenário de guerra atômica: destruição e morte. Embaixo, crianças sobreviventes da tragédia. Como viverão agora?

Secretário de Segurança é a tortura dos baianos

Na tentativa de conseguir a qualquer custo um culpado para o assassinato de duas crianças por envenenamento em 22 de dezembro, em Salvador, a polícia baiana recorreu à tortura, trazendo de volta os tempos negros da repressão política da ditadura militar, que teve no Estado um fiel servidor: o atual Secretário de Segurança Pública, coronel Bião.

O coronel Antônio Bião Martins Luna já foi acusado por ex-presos políticos de ter participado pessoalmente de várias sessões de tortura. Com sua conivência, o principal suspeito, o coronel José Luiz Silva, foi espancado e submetido a paude-arara. Acabou "confessando" e envolvendo quatro colegas, que foram igualmente torturados. Os policiais jogaram álcool nos olhos dos cinco e fizeram-nos beber litros de água. Geovana e Leonardo Leal, de 11 e 7 anos, foram seqüestrados junto com sua mãe e tia, Zuleide Leal, na manhã de 22 de dezembro, quando saíam de casa para comprar de Natal. Segundo depoimento de Zuleide, um homem que se dizia bancário convidou-a para resolver um problema de depósito na agência do Banco Econômico no bairro da Graça. Numami-

nhu ameaçou-a com uma arma, obrigando-a a assinar um cheque em branco. Depois tentou obrigá-la a tomar um líquido. Ela resistiu entrando em luta com o seqüestrador. As crianças beberam e morreram. Era estrênia.

O crime abalou a opinião pública. A polícia baiana achou que tinha de "mostrar serviço". É desde o início das investigações vem se perdendo em pistas descontraídas. Prendeu vários suspeitos, sempre com violência, até chegar a José Luiz Silva, um coronel de 28 anos, que já esteve envolvido em casos de estelionato.

Preso no dia 11 de janeiro, ele foi torturado até "confessar". Várias policiais da Secretaria de Segurança Pública confirmaram que ele fora selvagemmente espancado, junto com seus colegas. Foi nega-

do pela cúpula da Secretaria. Ao que tudo indica, de acordo com os depoimentos, José Luiz não esteve envolvido com o crime, que tem causas obscuras.

Os métodos do coronel estremeram a comunidade baiana, provocando protestos em diversos setores. O delegado foi obrigado a "pedir desculpas" pelas torturas infligidas aos suspeitos. O governador do PDS, João Durval, foi pressionado a exigir "providências urgentes", "apuração rigorosa", e punição dos culpados pelas torturas.

Crece no Estado o clamor pela demissão do secretário, responsável direto pelos maus-tratos aos suspeitos. Os líderes do PMDB na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa condenaram os métodos empregados pela polícia. O Comitê de Anistia e Direitos Humanos protestou, acusou o coronel Bião de conivência. A vereadora Jane Vasconcelos disse que "a apuração das torturas deve começar pela demissão sumária do coronel Bião, e do delegado, e pelo afastamento dos demais implicados". (Ida sucursal)

A lenta agonia da Lei de Segurança Nacional

Nos últimos dias a Lei de Segurança Nacional — instrumento predileto do arbítrio para perseguir e encarcerar democratas — voltou às páginas dos jornais. Dia 17, o conselho da 12ª Circunscrição da Justiça Militar, em Manaus, absolveu por unanimidade os dirigentes do PT, Lula e Jacob Bitar, e os líderes do sindicalismo rural, José Francisco da Silva, João Maia da Silva Filho e Francisco Alves Mendes Filho. Dias antes, o ministro da Justiça, Abi Aekel, ameaçara enquadrar na LSN os deputados federais Francisco Pinto (PMDB-BA) e João Cunha (PMDB-SP), acusados de ofensas ao general Figueiredo durante a campanha por eleições diretas. O ministro, entretanto, terminou



José Francisco: livre da LSN

volvendo atrás, contentando-se em apresentar denúncia com base no Código Penal. Permaneceu sob a mira da LSN a deputada estadual

Ruth Escobar (PMDS-SP) e o humorista Millôr Fernandes, acusados pelo ministro do Exército de ofender a dignidade das Forças Armadas.

No conjunto, os episódios espelham a lenta agonia das leis de exceção criadas na fase negra da ditadura militar-fascista. Reformada recentemente, a Lei de Segurança Nacional sobrevive por exigência dos demagogos, consciência democrática do país. Porém reduzem-se a cada dia as condições para aplicar seus dispositivos, apesar da permanência no cárcere, até hoje, do jornalista paranaense Juvêncio Mazzarolo. Dai as vacilações do regime, que duvida a cada passo de suas condições de punir adversários com base na LSN.

Foto: João Batista



Os operários realizaram suas assembleias no pátio da empresa, onde ficaram acampados

Greve força Cosipa a negociar acordo com os operários

Depois de vinte anos, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) foi sacudida por uma vigorosa greve — com ocupação da fábrica —, nos dias 28, 29 de fevereiro e 1º de março, em Cubatão, São Paulo. No dia 2, após forçarem a empresa a reabrir as negociações salariais para assinar o acordo até o final do mês, os operários voltaram ao trabalho.

Os cosipanos reivindicam reajuste salarial de 88,15% e mais Cr\$ 50 mil de produtividade, além de estabilidade no emprego. Contudo o presidente da Cosipa, Plínio Assman, alegando que a empresa pertence ao governo federal, disse que "aquí não é o foro para discussão econômica. É problema do Congresso" e, com relação à estabilidade, anunciou que demitirá "apenas" 14 operários por mês!

No dia 27, os 3 mil funcionários que trabalham no turno matutino permaneceram na fábrica após encerrar sua jornada, pressionando a direção a negociar com o Sindicato. Os operários tiveram o expressivo apoio de suas esposas que, com seus filhos, acamparam diante do portão da Cosipa.

No dia 28, às 15 horas, 8 mil operários aprovaram a greve em assembleia no pátio da indústria. Antecipando-se aos trabalhadores, Assman havia ordenado desativar os dois alto-falantes da empresa às 13 horas. A noite convocou tropas da polícia para intimidar os operários acampados no pátio. Também o agente do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi, en-

trou em ação, avertendo que "a possibilidade de intervenção no Sindicato é sempre muito presente". Dois dias depois os operários viram-se na contingência de encerrar a greve sem conquistar suas reivindicações. Conseguiram, entretanto, que a empresa reabrisse as negociações.

"TODO MUNDO UNIDO"

"A greve foi uma boa, comentou um operário. Pelo menos a Cosipa abriu as negociações. Eu ganho Cr\$ 300 mil, e trabalho na coqueira há oito anos. Com a inflação comendo o salário, o aumento de aluguel, dos alimentos... Sabe como é, a gente não é sozinho. Tem os filhos, a mulher pra sustentar. Não dá." Outro operário acrescenta: "A empresa está faturando os tubos. No ano passado exportou mais de 1 milhão de toneladas de aço, faturando 250 milhões de dólares. Este ano quer aumentar a dose. Mas não quer que a gente participe desse lucro todo..."

Outro cosipano, com 20 anos de empresa, fala entusiasmado: "Foi a primeira vez que teve uma luta desse nível. A luta foi boa, todo mundo unido. Agora vamos ver daqui a 30 dias, não é mesmo?"

Um operário mais jovem comenta: "Nós podemos dizer que a vitória foi das mulheres. Tinha gente já desistindo da greve, quando viu as esposas aí na porta, então voltava e adería à luta. Se dentro de 30 dias a empresa não atender as reivindicações, a gente pára de novo".

Diretora chama PM para deter secundarista

No dia 1º de março os estudantes da Escola Estadual Professora Beatriz Lopes, em Cida de Dutra, na zona sul da capital paulista, foram violentamente agredidos por soldados da PM. Os alunos tentavam impedir a detenção da secundarista Elizete de Souza Almeida, diretora do Centro Cívico, que havia sido expulsada do colégio e não aceitara a punição, voltando a frequentar as aulas. A diretora da escola, Aparecida Moutinho, conhecida por sua prática fascista, chamou a polícia para retirar Elizete do estabelecimento e sete camburões foram mobilizados. Só que os PMs encontraram a resistência e solidariedade dos alunos. Onze estudantes foram detidos e vários agredidos, entre eles o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Apolinário Rebelo, bastante espancado. Agora as entidades estudantis aguardam imediatas providências do secretário de Educação do governo Monteiro.

Lavradores de Santa Luzia retomam seu STR

Os trabalhadores rurais de Santa Luzia, no Maranhão, finalmente conseguiram renovar a direção de seu Sindicato. Uma primeira votação, há três meses, já havia dado vitória à oposição sindical, mas a situação havia manobrado para anular o pleito. Agora, após novo escrutínio, foi confirmada a vontade da categoria: 504 votos para a oposição e apenas 333 para a chapa situacionista. A posse da nova diretoria, encabezada por José Pedro da Silva, foi imediatamente após a apuração e num clima de festa, com 400 presentes e muitos foguetes. "A unidade dos trabalhadores é de ferro. Foi ela que levou à renovação do Sindicato", comentou Nonatinho, o tesoureiro da nova gestão. (da sucursal)

Líderes rurais sofrem atentado em Alagoas

No final de fevereiro ocorreram mais dois atentados contra dirigentes sindicais em Alagoas. No dia 27 pistoleiros cercaram o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Pilar, Joel da Silva, e acertaram-lhe dois tiros, ferindo-o. Dois dias depois, Manoel Alves, da diretoria do STR de Novo Lino, foi emboscado quando saía da sede sindical e levou quatro tiros. Encontra-se em estado grave no hospital. Os atentados mereceram o repúdio geral do movimento sindical urbano e rural de Alagoas, que divulgou veemente nota cobrando providências do governador do Estado para apurar os atentados. Para o deputado Eduardo Bonfim, líder do PMDB, "enquanto este tipo de terror não for apurado e punido o governo do Estado não terá credibilidade para nada". Já Sérgio Barroso, diretor do Sindicato dos Médicos e representante de Alagoas no Conclat, suspeita que se trata de ações organizadas para intimidar as lideranças sindicais, especialmente as do campo. (da sucursal)

Metalúrgicos animados com a greve da Brosol

No último dia 28, os 2 mil metalúrgicos da Brosol em Santo André (SP), pararam imediatamente a empresa, reivindicando estabilidade de seis meses, emprego, aumento de 15% no salário e reconhecimento da comissão de fábrica. No início, parecia-se que só os homens iriam aderir à greve. Mas logo após a madrugada as mulheres passaram a liderar o movimento, puxando inclusive um arrastão para parar outros setores. Após desligarem as máquinas, os operários concentraram-se no pátio da empresa e depois saíram em passeata exigindo eleições diretas para presidente da República. No final da tarde a greve foi estendida sem nenhuma conquista imediata, mas o ânimo dos grevistas era grande.



Flageleiros constroem açudes nas terras dos grandes fazendeiros e ficam sem água

Favoritismo político agrava a seca na Bahia

O favoritismo político, em benefício dos coronéis do PDS, agrava a seca que há mais de cinco anos castiga diretamente 6 milhões de habitantes de 247 dos 350 municípios da Bahia (88% da área do Estado). Ameaças de saque, toda a polícia em estado de alerta, mercado negro de água e até um prefeito que colocou a Prefeitura a venda compõem o calamitoso quadro do sertão baiano.

Aconteceu em Irecê, maior produtor de feijão do Nordeste, mas que este ano já perdeu mais da metade da safra devido à seca. O prefeito Hildebrando Seixas, em desespero, colocou o prédio da Prefeitura à venda para conseguir o dinheiro que não chega dos órgãos estaduais. Segundo ele, existem no município 10 mil famílias passando



No sertão da Bahia os lavradores já comem catangos

fome e as frentes de serviço não as atendem.

Na região de Jacobina, a 330 quilômetros de Salvador, a água dos carros-pipas do governo chega a ser vendida, num macebró cambió negro. O prefeito Carlos Alberto Daltro (PMDB)

pediu até a intervenção do Exército, na tentativa de evitar o aproveitamento político da assistência aos flagelados.

Em Jequié, o prefeito Lanuete Caribé pertence ao PDS, mas já foi ligado ao grupo de Tomanto Júnior, adversário do governador. Resultado: a Embasa (empresa do Estado) só distribui água aos fazendeiros do grupo político de João Carneiro e Antônio Carlos Magalhães. Os outros que se clamam:

ESTADO DE ALERTA

No início do ano, o governador João Durval Carneiro gastou alguns milhões de cruzeiros em propaganda na televisão para anunciar que abria poços artesianos em todo o semi-árido baiano. Passadas poucas semanas, constante-se que a chamada indústria da seca fatura também com os poços. Em Casa Nova, região de Juazeiro, os trabalhadores das frentes de emergência abrem poços e aguadas, porém nas fazendas de parentes e amigos dos Viana (a poderosa família do senador e ex-governador Luís Viana Filho), que indicaram ao prefeito biônico Guerinio de Souza Filho (o município é considerado área de segurança).

As seqüelas da seca levaram à limitação de saques, a tal ponto que a Polícia Militar foi colocada em alerta em todo o Estado. Em Irajuba, cerca de 500 pessoas invadiram a cidade no último dia 17 pedindo apenas água. A prefeita do município, Maria Aparecida Franco, deslocou-se para Salvador em busca de recursos, que não obteve. A Embasa alega que os mantimentos da região secaram, entretanto o fato é contestado pelo secretário municipal, Humberto Franco, que fala em desinteresse e argumenta que a empresa não aproveita os 60 mil litros de água por hora que jorra da nascente do rio Juquitiba. O

Em Andaraí, na Chapada Diamantina, 414 quilômetros distante da capital, o prefeito Renato Costa e Silva (PDS) ainda não decretou o estado de calamidade pública, mas a custo convenceu os moradores do povoado de Redenção (8 mil habitantes) a não apelarem para o saque. Episódio semelhante ocorreu em Tijuacu, município de Senhor do Bonfim. (da sucursal)

"Descaso do governo"

"Há um genocídio em curso no Nordeste e o responsável por isso é o governo militar." A frase do vice-líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Haroldo Lima, e reflete com precisão a grave situação a que está submetida a população nordestina, vítima de uma seca que se prolonga há cinco anos e dos desmandos administrativos do governo federal.



Deputado Haroldo Lima

Para Haroldo Lima, que recentemente percorreu diversos municípios do interior baiano assolados pela seca, a situação do povo daquela região é extremamente grave e necessita de soluções urgentes. Informações preliminares dão conta de que já morreram no período de estiagem cerca de 3 milhões e 600 mil nordestinos. "A razão direta dessa mortandade está no abandono a que o governo federal relegou a população nordestina", afirma Haroldo, que apresenta alguns fatos concretos: "Especialmente depois que a ditadura implantada em 1964 desativou na prática a Sudene, nenhum esforço sério foi feito para dotar o Nordeste de uma estrutura capaz de resistir à estiagem prolongada. Além disso nada foi feito em termos de irrigação na área, apesar de grandes represas terem sido construídas. As represas são controladas por latifundiários que ocupam as terras marginais, não cuidam delas e impedem o acesso à água dos moradores próximos".

DESCASO TOTAL

Na opinião do deputado baiano, o descaso do governo federal com o Nordeste e total. Há poucas dias o governador da Bahia, João Durval, decretou situação de calamidade pública em 200 municípios do Estado, destinando apenas Cr\$ 2

Foto: Arquivo dos Santos



Durante os três dias de greve, os 1.600 operários ocuparam a empresa

Patrões demitem membros da comissão de fábrica da MWM

No último dia 24, os 1.600 metalúrgicos da MWM, na zona Sul da capital paulista, sofreram um duro golpe. Após três dias de greve e ocupação da fábrica, os patrões partiram para a vingança: demitiram por "justa causa" 13 destacados ativistas da firma e quatro membros da respeitada comissão de fábrica — reconhecida oficialmente pela empresa desde meados do ano passado e gozando de estabilidade até junho de 1985.

O motivo alegado pela MWM, para romper o acordo firmado no ano passado e demitir os membros da comissão de fábrica, foi o de que haveria denúncias "de violências físicas e morais contra seus funcionários". Os membros da comissão contestam esta afirmação, taxando-a de mentirosa. "No fundo a empresa quis se aproveitar do momento para demitir a comissão de fábrica que tinha organizado a greve, demonstrando combatividade", diz um dos seus membros.

Ocupação da Fábrica

Para demitir os membros da comissão de fábrica a empresa se valeu de um período de confusão entre os operários após a greve. Há tempos os metalúrgicos, através da comissão de fábrica, vinham reivindicando um aumento salarial de 20% e, principalmente, um ano de estabilidade no emprego — já que vêm aumentando as ameaças de fiação. Pouco antes da paralisação, sentindo a disposição dos trabalhadores, a empresa aceitou con-

ceder 15% de reajuste e cinco meses de estabilidade. Só que a proposta patronal não foi aceita pela comissão nem pelos operários reunidos em assembleia no dia 12, que decidiram entrar em greve e ocupar a empresa, dormindo no seu interior.

Com a ameaça de decretação de ilegalidade da paralisação, a greve foi suspensa na tarde do dia 16. Os operários aceitaram a proposta inicial da fábrica, de 15% de reajuste e cinco meses de estabilidade. Percebendo a derrota econômica da greve, a empresa demitiu os membros da comissão de fábrica e os ativistas. No dia 27, ainda se tentou outra greve para exigir a readmissão das lideranças, porém sem êxito. Os patrões recusaram-se a readmiti-los, aceitando apenas conceder seus direitos. "Foi uma surpresa a demissão. Quando já estava tudo tranqüilo, parecia que a greve tinha empantado, os patrões vieram e marcaram um gol", comenta um membro da comissão, bastante revoltado.

"A nossa estabilidade firmada em acordo com os patrões não tinha valor. Quando uma comissão é tombada, sua única segurança é o respaldo dos operários. Agora os companheiros que ficaram na empresa terão de reerguer todo o trabalho de organização. Não é um trabalho fácil, mas nós já mostramos que é possível", conclui um dos ativistas demitidos.

Metroviários injustiçados por malufistas em SP

Em 1975 foi fundado um órgão chamado AEMESP — Associação de Empregados do Metrô de São Paulo. Esta entidade tinha como diretor de Esportes Joaquim Dirceu; como diretor de Relações Públicas Lira de Freitas; como diretor Secretário Euclides Mariano; no Conselho Deliberativo Milton Barbosa; e Carlinhos.

O principal objetivo deste órgão era defender os interesses da categoria junto à administração do metrô. Era o único instrumento de que a categoria dispunha para fazer suas reivindicações. Mas a administração do metrô, na época do governador Paulo Maluf, mantinha-se intransigente. E sentindo-se inco-

modada com a entidade, despediu injustamente os cinco funcionários mencionados, numa medida arbitrária e injusta.

Como a demissão foi injusta e por motivos políticos, quando o dr. Almino Afonso assumiu a Secretaria dos Negócios Metropolitanos solicitou por escrito à atual administração do metrô que reintegrasse os ex-diretores da AEMESP, hoje Sindicato dos Metroviários.

Mas mesmo com a solicitação do secretário os cinco não foram reintegrados, porque membros da administração, ligados à administração passada, não aceitavam a volta dos ex-diretores da Associação que eles haviam demitido. E Almino Afonso ficou

impotente diante desta situação absurda.

Nós, ex-diretores da AEMESP, não queremos apadrinhagem, empurrões ou quebra-galhos. Não é nenhum favor que estão nos fazendo. Trata-se de uma questão política, uma questão de justiça. Perdemos nossos cargos profissionais e eletivos na luta pelos direitos da classe trabalhadora. Não é justo que repressores venham atrapalhar uma decisão correta do secretário.

O objetivo desta carta é levar a público que existe gente interessada em atrapalhar os trabalhos de um governo democrático. (Dirceu, Lira e Mariano — São Paulo, SP)



fala o POVO

A pesar do Carnaval, nossos leitores não deixaram de escrever para Fala o Povo. E que neste período ocorreram alguns fatos importantes, como a tragédia de Cubatão, comentada por um metroviário paulista. E o Carnaval também entrou em nossa seção com a carta de um leitor do Para, mostrando que a sátira política voltou à cena na festa do Rei Momo. Terminada a festa, nosso povo continua fazendo seu espírito crítico e a animação na luta do dia-a-dia, particularmente na grande e já histórica batalha pelas diretas. Em frente, pessoal! (Olivia Rangel)

Delegado agride trabalhador da prefeitura

Ontem (27 de fevereiro), fui levado à delegacia de São Miguel Paulista para depor. Quando lá cheguei o delegado já foi gritando comigo e dizendo: "Mete logo a mão na cara dele, este vagabundo!". Foi quando ele respondeu: "Primeiro procurem em todas as delegacias do mundo inteiro e se acharem passagem minha podem me bater na cara. Mas enquanto isso não for feito em minha cara ninguém bate. Trabalho na Prefeitura e posso provar". Ele perguntou: "Em que prefeitura você trabalha?". E eu respondi que era Itaquera/Guianazes.

Ele ficou irritado e gritou: "Você ache seu prontuário, você vai ver, vai perder o emprego". Eu disse que duvidava. Ele alegou que eu era muito atrevido para ser seu gesto e inclusive não era de seu setor. Então lhe perguntei: "Então o que estou fazendo aqui?". Ai ele entrou para seus auxiliares: "Levem ele daqui, façam o inquérito e depois metam ele no saquinho".

Quando lá estávamos para elaborar o boletim de ocorrência, chegaram 156 pessoas de minha área, que é Vila Jói, dizendo: "Se é para o Milton ficar preso ficarem todos, pois fomos nós que invadimos a chácara. Preso ele não fica". Irritado como estava, pedi para o delegado: "Por que no Brasil só tem polícia para preto e pobre? Por que vocês não põem na cadeia o Maluf, Andreazza, Delfim, Galvães e toda a cúpula do Planalto? Nós estamos na favela por causa do governo que está aí. Este governo entreguista da soberania nacional. Por que não prendem os ianques juntamente com o PM?".

O delegado parou e me fitou durante um bom tempo. Por fim me disse que eu era muito político, perguntou se eu trabalhava ou trabalhava para o sindicato. Acebei sendo solto.

Só sei que nós, moradores da Vila Jói, tivemos uma ótima participação nesta luta de massas. (Milton Sa de Souza-São Paulo, SP)

Lavrador é morto por policiais em S. João do Araguaia

Nós, da associação de moradores de São Domingos do Araguaia, município de São João do Araguaia, Estado do Pará, vimos, por meio desta, expor o que se segue abaixo:

Dentre os grandes abusos que a Polícia Militar vem cometendo, contrariando sua filosofia de funcionamento que é de dar segurança, queremos denunciar o que vem acontecendo em nosso povoado.

Registrou-se um fato de grande constrangimento para o nome já desgastado da Polícia Militar e para nossa sociedade que se torna dia a dia mais violenta. No dia 18 de dezembro de 1983, por volta de 13h00 da manhã em uma festa neste povoado, foi barbaramente assassinado com dois tiros de revólver calibre 38 o jovem José Pereira Pinheiro, de 20 anos de idade, pelos soldados da PM destacada neste povoado. O pior é que não há justificativa nenhuma para tal ato de covardia e brutalidade, pois o mesmo foi assassinado pelas costas e os assassinos ainda ficaram durante uma hora proibindo que qualquer pessoa prestasse socorro à vítima. Só após o falecimento do rapaz é que abandonaram seu corpo. Para aumentar ainda mais a lista de irregularidades, a vítima, quando socorrida pela sua família, estava completamente desprovida de bens e objetos pessoais, como bicicleta, um cordeão de ouro e uma importância em dinheiro.

Diante destes fatos, por intermédio desta, queremos solicitar imediatas providências no sentido de que sejam punidos os autores deste assassinato para que se tente dar ao povo a segurança tão necessária nestes tempos de tanta insegurança. Salientamos ainda que já foi dado conhecimento ao Ilmo. Sr. Delegado Regional de Marabá, (Jurandy de Moraes Francisco, presidente da Associação — São Domingos do Araguaia, Pará).

"Alto do Pari" manda reprimir tribuneiros

Na noite de 17 de fevereiro, junto com vários operários, fomos fazer um mutirão de venda da TO no conjunto de garagens do bairro do Pari. Três delas são da CMTC e uma é particular, a Alto do Pari, que está sob intervenção.

Enquanto várias companheiras ficavam nas garagens da CMTC, eu e mais dois fomos para a porta do Pari. Enquanto conversávamos com motoristas e cobradores, dois PMs que ali estavam disseram que não podíamos vender o jornal ali. Eu disse que o jornal é legal e por isso iam continuar vendendo. Ai os PMs disseram que estavam detidos. Chamaram um verdadeiro batalhão; fizeram várias provocações para criar um pretexto para nos agredir, revistaram nossas bolsas jogando documentos e objetos pessoais no chão. Pegaram os cigarros de um

companheiro e distribuíram entre si. Quando ele reclamou foi covardemente agredido por um PM; depois fomos levados para a delegacia, ficando presos num chiqueirinho imundo até as 7:30h da manhã seguinte, quando então o delegado nos dispensou e devolveu nossos jornais dizendo que ninguém se interessava em ler aquilo. Ai eu disse que isso não era verdade, tanto que eles nos haviam detido para impedir que os operários lessem a TO.

Logo após sair da cadeia fui reconhecido por dois companheiros da Pari que vieram trazer sua solidariedade, dizendo que todos os operários que assistiram nossa prisão estavam revoltados com os PMs.

Tive uma grande alegria, ao saber que tinham sido vendidos mais de 80 jornais. (Nelson Alves, operário metalúrgico — São Paulo, SP)

PMs prendem vendedores da Tribuna

Retornando de uma visita à casa de um amigo e simpatizante. Eu com a finalidade de formar uma associação no bairro Cidade Nova, em Jequié, foram vítimas de uma prisão arbitrária e sem fundamentos os tribuneiros Roberto Falcão, bancário, Valdir Barros, semitrupeiro, Valdir Santos e Silvério, operários, sob a alegação de estarem perturbando a ordem pública, além de serem acusados também de tráfico de maconha.

Após as averiguações feitas pelo próprio policiais nada foi comprovado. Mesmo assim, eles os mantiveram presos durante treze horas, na tentativa de desmoralizá-los perante a opinião pública e de intimidá-los.

Como se isto não bastasse, na noite do dia 9 de fevereiro o tribuneiro Jailson foi barbaramente agredido

por três civis armados de revólveres de grosso calibre. Após a agressão, foi expulso do local e ameaçado de morte, sem nenhum motivo ou explicação.

Em repúdio a estas arbitrariedades foram solidários com os tribuneiros o periódico "Jornal de Jequié", a Câmara de Vereadores, que enviou requerimento ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, e a rádio local, que abriu espaço para que os tribuneiros fizessem as denúncias.

Nós, tribuneiros de Jequié, repudiamos a violência, o abuso de poder e reafirmamos a nossa luta pelas eleições diretas para presidente, por uma Constituinte soberana e livremente eleita pelo povo, por amplas liberdades democráticas e políticas e pelo fim do regime militar. (Tribuneiros de Jequié — Bahia)

Trabalhadores de Pirapora criam uma Associação

Para ajudar a combater a grave crise por que passa o país e as péssimas condições de vida do trabalhador, foi criada a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Pirapora — Buritizeiro, no norte de Minas, no dia 5.

A sua diretoria é composta por Afonso Caldeira Nascimento, Paulo Portela Matos e José Bastião Alcântara (Zé Mineiro). Estiveram presentes na fundação, além do considerável número de trabalhadores, os vereadores José Carlos Costa, Aclir Bezerra, Francisco Neri Teixeira, do PMDB de Pirapora, e Geraldo Batista, do

PMDB de Buritizeiro. Também compareceram à solenidade o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, Espiridino Ferreira de Araújo, e o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Montes Claros, Milton Orione da Silva.

Todos os oradores foram intransigentes em dizer que lutaram com todas as suas forças para tirar o país do buraco em que se encontra e com isso garantir uma vida digna à classe operária brasileira. (Grupo de Amigos da TO em Montes Claros — MG)



Acadêmicos quer mostrar que faz samba também

A "Escola de Samba Acadêmicos da Pedreira" com o tema *Salve-se quem puder* homenageia neste ano o povo que faz o samba, trazendo barcareiros desempregados — *Ala dos Diplomados* — domésticas, vendedores de bugigangas, garis, pessoas como as que encontramos a toda hora pela cidade e outros representantes da crise, ao lado de um batalhão de gente vestindo trajes típicos da Copa do Mundo de 70, quando ainda se vivia os anos eufóricos do milagre econômico, esperando o bolo crescer.

Uma das alas mais entusias-

madas é a das *Moedas Aladas*, chefiada por Catarina, que mostra na avenida o que acontece ao cruzeiro quando o FMI toma conta do pedaço. O desfile fecha com um desejo de mudança: um belo carro desenhado para a escola especialmente pelo arquiteto Emanuel Nassar puxa uma ala verde e amarela que se chama *Ala das Eleições Diretas*, chefiada pelo estudante secundarista Afonso Celso (presidente do Centro Cívico Escola Estadual de 2º Grau "Orlando Bittar"), que tem recebido bastante apoio dos estudantes da corrente *Viração* aqui de Belém e até mesmo de diretores da UMES (União Me-

tropolitana dos Estudantes Secundaristas). O número de estudantes participantes é muito grande, mostrando o seu desejo de votar para presidente da República.

Com um tema sobre o dia-a-dia do brasileiro e um samba fácil e direto, puxado com muita categoria por Theo e Edil, o Acadêmico "não quer abafar ninguém, só quer mostrar que faz samba também". (Antônio Augusto Vulcão, diretor de Esportes do União Metropolitana de Estudantes e participante da *Ala das Diretas* dos Acadêmicos da Pedreira, Belém - PA)

O povo sabe quem é culpado pela tragédia

Os crimes desta infame ditadura militar chegaram a seu limite neste sábado, dia 25 de fevereiro, com a tragédia na Vila São José em Cubatão, onde um vazamento de gás da Petrobrás foi responsável pela morte de dezenas de pessoas na favela por onde passavam os tubos desta empresa.

Como se estivesse brincando com

as vidas humanas, pouco se importando com os que morreram neste acidente absurdo, e tentando se esquivar das suas responsabilidades o senhor Shigeaki Ueki veio à imprensa dizer, sorrindo, que iria indenizar os parentes das vítimas. Como se isto remidasse sua culpa...

A imprensa burguesa, como

não poderia deixar de ser, vem com amplos noticiários dizendo que procura os responsáveis pela tragédia. Mas o povo brasileiro já sabe quem são. E um dia bem próximo iremos julgar os principais criminosos, entre eles o senhor Shigeaki Ueki, todo poderoso.

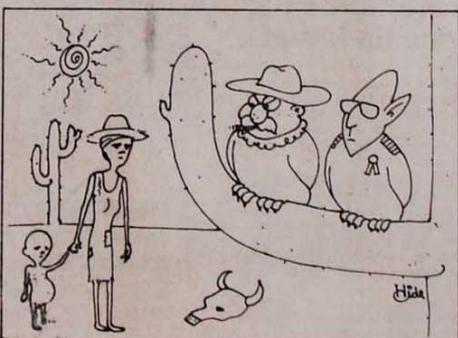
(Metroviário da Chapa 1 — São Paulo, SP)

Flagelados atacados a tiros em Cedro

O dia 13 de fevereiro foi agitado para a cidade de Cedro, no Ceará. Logo nas primeiras horas começaram a chegar centenas de famílias famintas vindas dos sítios e da periferia da cidade, dispostas a atacar os armazéns onde estavam as mercadorias do Bolsão de Seca.

A multidão ainda conseguiu arrombar um armazém, mas foi contido pelo Delegado Antônio Andrade dos Santos, que disparou para cima, visando assim amedrontar o povo. Comerciantes e industriais procuraram o prefeito Antônio Hélio para que ele tomasse as providências. Com medo de que seus armazéns fossem também atacados. O prefeito limitou-se a responder que estava telefonando para a capital do Estado. O coordenador do Programa de Bolsões retrucou: "Não se preocupe. Já mandei o Delegado dar uns tiros". Por volta das 8:30 horas da manhã o povo já não aguentava mais esperar pela decisão das autoridades e investiu contra os soldados que guardavam os armazéns. A força policial não foi suficiente para conter o avanço da multidão. O Delegado Andrade disparou três vezes, ferindo três populares que avançavam.

Depois disso o povo investiu contra ele, que teve de fugir sozinho, pois seus soldados já o haviam abandonado. O saque co-



me, e logo começaram a invadir também os outros armazéns, que pertenciam à Cooperativa de Cedro.

Depois que os famintos se retiraram, chegaram os aproveitadores, comerciantes, proprietários de terra e até filhos e netos de latifundiários que levaram tudo que puderam para casa em carros e motecletras.

Por volta das 14h chegaram os reforços policiais. Começou uma repressão violenta. Os comerciantes que roubaram mercadorias ficaram impunes mas a repressão sobre o povo continuou até o fim da tarde.

Agora, procura-se culpar o povo pelos atos de destruição ocorridos à tarde na cidade. Mas os agricultores e operários famintos efetuaram saques apenas de manhã; à tarde quem saqueou foram os comerciantes e latifundiários.

No dia seguinte liberaram 5 mil vagas para alojamento no programa de Bolsões. Mas as vagas estão sendo preenchidas por familiares de comerciantes e proprietários de terra. E os necessitados continuam na mesma situação. (Amigo da TO em Cedro, Ceará)

Dois meses que fizeram história

Somente em fevereiro (veja a tabela) 909 mil brasileiros foram às ruas exigir eleições presidenciais diretas. Em janeiro foram 775 mil (10 N. 154). Mesmo incompletas e abarcan- do apenas comícios com mais de mil pessoas, estas cifras dão uma imagem da força do movimento pró-diretas — que precisa ser estudado a fundo por quem quiser entender o presente e o futuro do Brasil.



Praca da Rodoviária, Belo Horizonte, 24 de fevereiro: um desafio mais contundente que qualquer discurso

São o imponente total de quase 2 milhões de manifestantes, numa época em geral "morta", espremida entre o Ano-Novo e o Carnaval, atesta que algo de muito grande e importante acontece. Ao encher as praças, o povo não se limita a exigir um direito, a travar uma batalha política. Escreve uma página de destaque na história do Brasil. A campanha tem, no entanto, outros aspectos que merecem atenção. É o conjunto deles que ex-

plora a história política do Brasil. O primeiro aspecto que salta aos olhos é o caráter de massas da campanha. Ela não fica nas parcelas mais conscientes e organizadas da sociedade. Transborda delas para as grandes massas do povo, crescendo. No comício de Teresina havia um manifestante por cada 12 habitantes da cidade. Em Belém, idem. Em Aracaju, um para dez. Em Curitiba, um para nove. Em Belo Horizonte, um para seis. Nunca neste país se viu tanto povo nas ruas.

Os lambes botas do regime esgotaram sua já escassa imaginação em busca de explicações. Disseram que a campanha era algo "cofrineiro". Em seguida, que seu êxito derivava da presença de "artistas contratados". E logo

ressuscitaram a surrada tese de que é tudo coisa dos comunistas.

Interior adere a campanha com a mesma garra das capitais

Os eventos de janeiro e fevereiro reduziram a pó essas patra- ninhas. Provavelmente mobiliza- ram, em dois meses, mais gente que nos 20 anos desde 1964. A gente, simples que em tempos "normais" deixava-se esfolar mais ou menos passivamente agora faz ouvir sua voz. Milhões de brasileiros até ontem "apolíticos" ingressaram na arena da luta onde se decide a sorte do regime

recessitaram a surrada tese de que é tudo coisa dos comunistas.

Um excelente indicador é o desempenho da campanha no interior: 5 mil manifestantes em Jataí, 53 mil habitantes, 350 quilômetros a oeste de Goiânia; 5 mil em Arapiraca, sertão de Alagoas, 136 mil habitantes e prefeito do PDS; 3 mil em Santa Inês, 44 mil habitantes no Vale do Pindaré, Maranhão; 10 mil em Caruaru, 172 mil habitantes, na porta do sertão pernambucano.

Ora, o interior sempre foi a base de sustentação político-eleitoral do regime. Terra do latifúndio, dos currais eleitorais e dos mais sufocantes mecanismos de opressão, responsável pela grande maioria das cadeiras do PDS no Congresso Nacional. O grito de Diretas Já acelera a desagregação deste esquema secular de domínio. A disposição das massas interioranas na campanha nada fica a dever para os grandes centros urbanos.

Em São Paulo, onde o peso das cidades é maior, um manifesto em favor das diretas contou com a assinatura de mais de quatro quintos dos prefeitos do PDS — geralmente eleitos em pequenos municípios. O Comitê Paulista Pró-Diretas planeja agora comícios por redução eleitoral de cada parlamentar situacionista, para evidenciar que o eleito- rado não perdoará uma traição.

Um dos segredos do sucesso é o caráter unitário do movimento

Outra conquista é o caráter unitário da campanha. Ela reúne PMDB, PDT, PT, PTB, setores pró-diretas do próprio PDS e legi- tidas ainda na ilegalidade, como o PC do B. Os governos estaduais e municipais eleitos pela oposição, uns mais outros menos, terminaram se somando. Os intelectuais e artistas aderiram em bloco. Os sindicatos, CUT e Conclat, afinal encontram um denominador comum, embora sua ação na maioria dos casos seja ainda incipiente. As associações de moradores, a UNE, UBES e todo o movimento estudantil, a OAB, ABI, SBPC, praticamente todas as representa- ções da sociedade civil engaja- ram-se. O mesmo ocorre com segmentos da Igreja, enquanto outros, mesmo relutando em aderir formalmente, manifestam simpatia.

Esta unidade, corporificada nos Comitês Pró-Diretas em todos os níveis, é um dos segredos do sucesso. Caso o movimento se fragmentasse em disputas mes- quinhas, certamente o povo não mostraria a mesma disposição.

Como se trata de uma ação conjunta de diferentes forças so- ciais e políticas, é natural que apareçam também atritos. Dentro da unidade, também há luta. No P. S. Isonel Brizola, leimou em ficar à margem da grande

passada do dia 16. No Amazonas, o staff de Gilberto Mestrinho usou até a força bruta no comício, para ganhar pontos junto a Figueiredo. Aqui e ali, grupos sectários julgam-se no dever de puxar vaia contra oradores que consideram moderados demais. Outros círculos, não menos sectários, tentam discriminar os que a seu ver seriam radicais em excesso. Ao fim, tudo é ofuscado pelas multidões, que ci- mentam a unidade e fazem do povo o único e legítimo dono da campanha.

Muita água vai correr até o dia da votação da emenda, e depois

Em janeiro o insolente portavo- z de Figueiredo, Carlos Atila, dizia que tudo isso não passava de uma "dança da chuva". Mas já em fevereiro os ministros mili- tares em pessoa, trocando os bastidores pela ribalta, investiam contra as diretas e a campanha. Já se sabia que os generais, sus- tentáculo do regime militar, são contra o movimento que almeja justamente pôr-lhe fim. Mas o episódio valeu como um indicio de que os indiretistas sentem-se acudados. Os comícios redobra- ram de tamanho — e de contê- do opcionista.

Passado o cessar-fogo carnava- lesco, constata-se no governo uma visível dificuldade para re- tomar a ofensiva, ou ao menos defender-se com eficácia. O vice- presidente Aureliano Chaves in- siste que é pelas diretas. O sena- dor José Sarney ameaça renun- ciar à presidência do PDS depois de levar um pito de Figueiredo devido à inércia da legenda. Na Casa Civil, Leirão de Abreu cozi- nha às pressas uma "contra- emenda" que salve as indiretas, mesmo que seja às custas de pro- meter diretas em 1988. Flávio Marcelino, presidente da Câmara dos Deputados, retruca que isto é "casuismo que visa melar o jo-

Fevereiro bate o recorde dos comícios de janeiro

Em sua edição de 6 de fevereiro, a Tribuna Operária registrou 775 mil manifestantes presentes em 32 comícios e passeatas por eleições diretas já. Em fevereiro o placar das manifestações subiu para 909 mil participantes, em 59 manifestações. Só foram incluídos atos públicos com mais de mil pessoas presentes — e o levantamento apresenta ainda lacunas.

Dia	Estado	Cidade	Participantes
5	Bahia	Juazeiro	2.000
5	Goiás	Jataí	6.000
5	São Paulo	S. João da Boa Vista	5.000
5	Minas Gerais	Belo Horizonte	1.000
10	R. G. do Norte	Natal	4.000
11	Paraná	Rincão	1.000
13	Paraná	Teresina	30.000
14	Maranhão	São Luiz	15.000
15	Amapá	Macapá	10.000
16	Pará	Belém	80.000
16	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	80.000
17	Pernambuco	Recife	15.000
17	Maranhão	Santa Inês	3.000
18	Paraná	Toledo	5.000
18	Rio de Janeiro	Volta Redonda	4.000
18	Amazonas	Manaus	12.000
19	Maranhão	Santa Luzia	1.000
19	Pernambuco	Caruaru	10.000
19	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	10.000
19	Acre	Rio Branco	7.000
19	São Paulo	Osasco	20.000
19	São Paulo	Embu	1.500
19	São Paulo	Itapevi	1.000
19	Rio Gde. do Sul	Capão da Canoa	50.000
19	Bahia	Juazeiro	6.000
20	Mato Grosso	Cuiabá	5.000
20	Mato Grosso	Cuiabá	15.000
21	Minas Gerais	Belo Horizonte	3.000
22	Pará	Santarém	30.000
23	São Paulo	São Paulo (Sé)	2.000
24	Minas Gerais	Belo Horizonte	300.000
24	São Paulo	São Paulo	4.000
24	Alagoas	Maceió	2.000
25	Alagoas	Arapiraca	5.000
25	São Paulo	Mariília	3.000
25	São Paulo	Piracicaba	3.500
25	São Paulo	Jundiaí	1.000
25	São Paulo	Mogi Mirim	2.000
25	São Paulo	Mogi Guaçu	1.000
25	São Paulo	Pariqueira-Açu	1.000
25	São Paulo	Itanhem	3.000
25	São Paulo	Mongaguá	1.000
25	São Paulo	Campos do Jordão	2.500
25	São Paulo	Tatui	3.000
25	São Paulo	Porto Ferreira	1.800
25	São Paulo	Amparo	2.500
25	São Paulo	Mococa	4.000
25	São Paulo	Nova Odessa	1.000
25	São Paulo	Sumaré	2.000
25	São Paulo	Atibaia	1.000
25	São Paulo	Iepê	1.500
25	São Paulo	Assis	2.000
25	Maranhão	Pio XII	2.500
25	Distrito Federal	Taguatinga	5.000
25	Pernambuco	Garanhuns	4.000
26	Sergipe	Aracaju	35.000
26	Sergipe	Aracaju	30.000
26	Minas Gerais	Divinópolis	10.000
26	Distrito Federal	Celândia	10.000
29	Minas Gerais	Juiz de Fora	30.000
TOTAL NACIONAL EM FEVEREIRO			908.500

*Soma dos atos preparatórios.



Em interior de Goiás, um em cada dez habitantes foi ao comício

O recado dos mineiros ao Palácio do Planalto

O comício do dia 24 na Praça da Rodoviária de Belo Horizonte assinala o que talvez seja o maior ato político já realizado no Brasil. O primeiro ultrapasso das ex- ceptivas e seguranças au- torizadas desde 1964 — 1984 — da população brasileira — 22 milhões — a praça, os ruas, as praças, p. a praça. Afon- so Pena, na maior manifesta- ção política da história de Mi- nas, a qual teve 700 mil pes- soas que ultrapassem o limi- tar das exceções.

O peso foi a rua, não o se- nado, formada sobre a base em- bora. O dia 24 assinala o re- cado dos mineiros ao Palá- cio do Planalto. O recado é: "Não queremos mais que o Brasil seja governado por um grupo de militares que não representa o povo brasileiro". O recado é: "Não queremos mais que o Brasil seja governado por um grupo de militares que não representa o povo brasileiro".

enganaram aqueles que pen- sam em utilizar Minas como uma reserva a ser acionada para fazer abortar a luta por eleições diretas já. Minas não é o berço da conciliação en- tre a nação e seus opressores, mas a terra dos Tiradentes e da Inconfidência. Foi lá que ficou patente quando mais de 300 mil vozes acompanharam a cantora Simone no estribu- do de "Para não dizer que não estou lutando".

Depois disso, em Divi- nopólis (17 mil habitantes), a- quele dia milhares voltaram a ocupar, num confiado cam- po sem cerca de 10 mil parti- cipantes. Mais dois dias e nada menos que 30 mil pes- soas se apinharam na maior manifestação da história de Juiz de Fora, 307 mil habitantes. Para os juizes foranos foi a ocasião de lavar a honra da cidade, mesmo nascido em 1964.

Com estas manifestações, que agora se repetem em outras cidades do Estado, Mi- nas dá um belo exemplo de união e combatividade a todo o país.



Osasco, dia 19, 20 mil na praça: o veto dos ministros militares só fez aumentar o tamanho dos comícios